PORTARIA-SEDUC Nº 58, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

REMOVER, a pedido

CLEONICE ARAUJO DO NASCIMENTO, número funcional 933585-2, CPF: 825.453.161-72, Professora Normalista, com lotação na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos, no município de Aparecida do Rio Negro, para a Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, no município de Palmas, vinculada a Diretoria Regional de Educação de Palmas, com carga horária de 180 horas mensais, a partir de 16 de janeiro de 2020.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre procedimentos relativos à lotação e remoção de Servidor Público, no âmbito da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, para o exercício de 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º As lotações e as remoções dos servidores públicos, no âmbito da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, obedecem aos procedimentos contidos nesta Normativa.

Art. 2º Define-se o quantitativo de servidores públicos das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino conforme Anexo I e das Diretorias Regionais de Educação, conforme Anexo III a esta Normativa.

Art. 3º A carga horária de todos os docentes será definida em conformidade às Estruturas Curriculares e ao número de turmas da Unidade Escolar e distribuída de acordo com a Tabela de Carga Horária, (Anexo II) a esta Normativa.

**CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE LOTAÇÃO**

Art. 4º Compete ao Diretor da Unidade Escolar a lotação de pessoal, a qual se dará na seguinte ordem:

I - lotação dos professores efetivos para a função de docência;

II - lotação de professores efetivos para as funções do setor pedagógico;

III - lotação dos demais servidores efetivos nas funções do setor administrativo.

§1º A lotação de professor nas funções do item III somente poderá ocorrer após o atendimento dos itens I e II.

§2º Os professores que se encontrarem em Remanejamento de Função, devidamente autorizados pela Junta Médica Oficial do Estado, deverão ser lotados, conforme perfil, nas funções dos itens II e III, observando e respeitando as recomendações médicas contidas no Despacho.

§3º As funções do Setor Administrativo são prioritárias aos servidores efetivos detentores de cargos administrativos e de professores com Remanejamento de Função, respeitadas as recomendações contidas no Despacho da Junta Médica Oficial.

§4º Na ocasião em que surgir um déficit em função pedagógica, prioritariamente um servidor detentor de cargo efetivo de professor que esteja desempenhando as funções de Auxiliar Administrativo ou Auxiliar de Apoio Escolar, deverá ser modulado na função pedagógica, transferindo o déficit para a função administrativa.

Art. 5º Concluída a lotação dos professores efetivos, bem como as concessões de extensões de carga horária e ainda havendo déficits, será realizada a contratação temporária de professores, para atendimento na docência, devendo ser observado o inciso IV, art. 40, da Lei nº 3.405, de 23 de novembro de 2018, publicada na Edição nº 5.243, do Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A autorização do Chefe do Executivo, bem como do Titular da Pasta são condições indispensáveis para a contratação.

Art. 6º Para ser lotado nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Primeiro Segmento da Educação de Jovens e Adultos, o professor deve possuir Nível Superior, com formação em Pedagogia ou Normal Superior.

Art. 7º Os docentes a serem lotados nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino devem ser, prioritariamente, os que possuem maior tempo de experiência docente em turmas dessa etapa de ensino.

§1º A atribuição e responsabilidade da lotação dos docentes, será do Diretor da Unidade Escolar, homologada pelo respectivo Diretor Regional de Educação.

§2º Os docentes que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade regular, terão carga horária de 25 (vinte e cinco) aulas semanais, por turma, para atender as atividades de regência, podendo completá-la com três aulas semanais nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, ou, com as disciplinas da parte diversificada.

§3º A complementação da carga horária desses professores poderá ocorrer nas disciplinas de Filosofia, Arte, Sociologia e/ou Ensino Religioso, preferencialmente em sua unidade de lotação, ou em outra unidade em que não haja profissional efetivo habilitado.

Art. 8º Nos municípios em que houver número suficiente de professores, com formação em Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa e que se encontrarem com carga horária inferior a 28 aulas semanais, poderá ser complementada prioritariamente, nas respectivas disciplinas das turmas do 5º Ano do Ensino Fundamental.

Art. 9º Para ser lotado na docência dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Básico, Ensino Médio Integrado, Ensino Profissionalizante, Segundo e Terceiro Segmentos da Educação de Jovens e Adultos, o professor deve possuir Formação Superior em nível de Licenciatura ou Bacharelado, com complementação pedagógica específica para atuar nas áreas de conhecimento, a seguir:

- a) Ciências Humanas - História, Sociologia, Geografia e Filosofia;
- b) Linguagens - Língua Portuguesa, Redação, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna (Inglês/Espanhol);
- c) Ciências da Natureza - Química, Física e Biologia;
- d) Matemática - Matemática.

Parágrafo único. Para ser lotado na docência das disciplinas específicas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio o professor deverá ter a formação superior na respectiva área do curso.

Art. 10. Os docentes a serem lotados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática das turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino seguirão, prioritariamente, os seguintes critérios:

I - formação nas disciplinas em Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com a legislação vigente;

II - maior tempo de experiência docente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental ou 3ª série do Ensino Médio, na mesma unidade escolar da Rede Estadual de Ensino;

III - maior tempo de experiência docente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental ou 3ª série do Ensino Médio, em outras Unidades Escolares.

Art. 11. Ao professor deve ser garantido, sempre que possível, o maior número de aulas na mesma disciplina, preferencialmente, em uma única Unidade Escolar.

Art. 12. No período noturno, o tempo de duração da aula terá a seguinte distribuição:

I - 40 minutos para a realização das atividades em sala de aula.

II - 10 minutos para realização de projetos de complementação da aprendizagem no seu componente curricular.

Art. 13. A lotação do professor de Educação Física, nas Unidades de Ensino contempladas com o Programa Esporte na Escola, será realizada da seguinte forma:

I - o professor para ser lotado com 2 (duas) turmas, 6 (seis) aulas semanais, no Programa Esporte na Escola, deverá possuir 22 (vinte e duas) aulas semanais na disciplina de Educação Física;

II - o professor para ser lotado com 1 (uma) turma, 3 (três) aulas semanais, no Programa Esporte na Escola, deverá possuir, no mínimo, 11 (onze) aulas semanais na disciplina de Educação Física.

Art. 14. Os professores lotados nas turmas de Salas de Recursos Multifuncionais terão carga horária de 14 aulas semanais, por turma.

Parágrafo único. Preferencialmente, deverá ser lotado professor com formação em Pedagogia ou Normal Superior.

Art. 15. Para ser lotado como Intérprete de Libras, o professor, preferencialmente, deverá possuir formação Superior em nível de Licenciatura, em qualquer área da educação, bem como, no mínimo, um dos cursos abaixo:

I - cursos específicos ministrados por instituição reconhecida com, no mínimo, 360 horas;

II - aprovação no Exame de Proficiência para Interpretação em LIBRAS do MEC (PROLIBRAS);

III - pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Brasileira de Sinais.

Parágrafo único. Na impossibilidade de atendimento às exigências do artigo anterior, a função poderá ser exercida por professor de nível médio, desde que habilitado da forma abaixo:

a) Cursos específicos ministrados por instituição reconhecida com, no mínimo, 360 horas;

b) Aprovação no Exame de Proficiência para Interpretação em LIBRAS do MEC (PROLIBRAS).

Art. 16. O Professor Intérprete de Libras deverá permanecer na mesma escola, enquanto houver alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, caso contrário, os Professores deverão ser lotados em outra Unidade Escolar que tenha alunos matriculados com necessidades desses atendimentos.

Art. 17. O Professor que não estiver lotado dentro das vagas disponíveis na Unidade Escolar, sem amparo de Despacho emitido pela Junta Médica Oficial do Estado, terá sua carga horária reduzida para 90 horas mensais.

Art. 18. Os dirigentes das Unidades Escolares conveniadas, poderão com a lotação de servidor em conformidade com as instruções específicas para cada convênio e em consonância com esta Normativa.

Parágrafo único. Havendo lotação ou prestação de serviço fora dos parâmetros e condições previstos nesta Normativa, a instituição conveniada arcará integralmente com o ônus de todos os pagamentos salariais, indenizatórios, previdenciários e previdenciários devidos.

Art. 19. O professor com o benefício de 6 (seis) horas ininterruptas, concedido pela Secretaria da Administração, com o exercício em sala de aula, será lotado com 21 (vinte e uma) aulas semanais em sala de aula, sendo que as aulas atividades deverão ser cumpridas no mesmo turno.

CAPÍTULO III

DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 20. A Unidade Escolar lotará servidores pedagógicos e administrativos em conformidade com Anexo I, desta Normativa, na parte que trata das Unidades Escolares de Ensino em Tempo Integral.

Art. 21. A distribuição das aulas dos professores dar-se-á de acordo com a Estrutura Curricular aprovada desta modalidade de ensino.

§1º O docente lotado na modalidade de Ensino Integral fundamental e médio das Escolas Jovem em Ação, deverá ter 28 aulas semanais distribuídas na sua área de formação e nas disciplinas da parte diversificada.

§2º A Parte Diversificada é constituída pelas disciplinas de Projeto de Vida, Estudo Orientado, Eletivas, Avaliação Semanal, Prática Experimental e Pós-Médio, Protagonismo e Pensamento Científico.

§3º Para os professores que ministram as disciplinas de Matemática, Física, Biologia, Química e Ciências da Natureza, serão atribuídas na sua carga horária total as aulas da disciplina de Prática Experimental correspondente.

§4º O Diretor da Unidade Escolar identificará, dentre esses docentes, aquele que possua maior experiência ou afinidades com aulas de Projeto de Vida.

Art. 22. A complementação de carga horária aos docentes lotados nas Unidades Escolares de Ensino Integral, deve ocorrer, prioritariamente, na sua Unidade de Lotação.

Art. 23. O professor Coordenador Pedagógico de Área deverá ser lotado da seguinte forma:

I - De 01 a 08 turmas: 14 aulas de regência e 90 horas de coordenação de área;

II - De 09 a 20 turmas: 08 aulas de regência e 129 horas de coordenação de área;

§1º O Professor Coordenador de área deverá ser escolhido pelos professores da área de conhecimento juntamente com a equipe diretiva.

Art. 24. O Professor Inspetor deverá possuir licenciatura em qualquer área do conhecimento, lotado com 40 horas, distribuídas de acordo com suas atribuições.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE REMOÇÃO

Art. 26. As remoções, a pedido, no âmbito da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, ocorrerão mediante a existência de vaga na área de formação do servidor e no início de cada semestre letivo, conforme cronograma a seguir:

I - 1º semestre: até o dia 20 de janeiro de 2020; e

II - 2º semestre: de 22 de junho a 15 de julho de 2020.

§1º Exetua-se do período mencionado neste artigo, as remoções por motivo de saúde do servidor, do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste em seu assentamento funcional, desde que comprovado por meio de exames e/ou laudos médicos.

§2º A remoção de ofício será efetivada mediante interesse da Administração Pública e a existência de vaga na unidade de destino.

Art. 27. Havendo solicitações de remoção em número maior que as vagas existentes para o município ou Unidade Escolar pleiteados, terão preferência os servidores que atenderem aos seguintes critérios:

I - maior idade;

II - ter disponibilidade para assumir maior carga horária nos turnos em que a Unidade Escolar necessitar;

III - ter maior tempo de serviço no cargo;

IV - ter menor número de faltas injustificadas.

Art. 28. O servidor deverá aguardar na unidade de lotação de origem, em exercício, o resultado da solicitação de remoção, ficando sujeito ao cálculo de faltas, caso não exerça normalmente suas atividades no período de verificação do trâmite de remoção.

Art. 29. Se deferido o pedido de remoção, a lotação do servidor na nova unidade de trabalho deverá obedecer aos mesmos critérios de lotação, definidos nesta Normativa.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 30. Somente será permitida a abertura de turmas no Sistema de Lotação de Pessoal, após a devida inclusão no Sistema de Gerenciamento Escolar - SGE.

Art. 31. Aplicam-se, aos instrumentos regulamentados por esta Normativa, a legislação pertinente, especialmente, a Lei Federal no 9.394/1996 e as Leis Estaduais nºs 2.859/2014, 1.818/2007 e 2.139/2009 e Portaria nº 1.023/2018, de 4 de outubro de 2018, do Ministério da Educação.

Art. 32. O servidor que, no desempenho do cargo ou função, agir em descumprimento com as normas contidas nesta Normativa, poderá responder civil e administrativamente por sua conduta.

Art. 33. Quando designado para o exercício da função de Diretor de Unidade Escolar, e que esta funcione em três turnos, o servidor detentor de dois cargos efetivos de Professor, deverá ser modulado com:

- 180 horas mensais na função de Diretor e;
- 90 horas mensais na função de Coordenação.

Parágrafo único. Caso a Unidade Escolar não funcione em três turnos, o Professor deverá ser lotado com a carga horária de 90 horas mensais na função de Coordenação em outra Unidade Escolar.

Art. 34. Revogam-se:

- todas as autorizações especiais de lotação, concedidas no ano letivo anterior;
- a Instrução Normativa nº 002, de 24 de janeiro de 2019.

Art. 35. Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

ANEXO I À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

MÓDULO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO REGULAR	UNIDADE DE GRANDE PORTE				UNIDADE DE MÉDIO PORTE			UNIDADE DE PEQUENO PORTE			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
	a partir de 1.600 alunos	de 1.066 a 1.599 alunos	de 886 a 1.065 alunos	de 736 a 885 alunos	de 616 a 735 alunos	de 496 a 615 alunos	de 376 a 495 alunos	de 256 a 375 alunos	de 136 a 255 alunos	até 105 alunos	
SETOR PEDAGÓGICO											
DR - Diretor de Unidade Escolar	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CP - Coordenador Pedagógico	20h	120h	120h	120h	80h	80h	80h	40h	40h	40h	
OE - Orientador Educacional	80h	80h	80h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CB - Coordenador de Biblioteca *	80h	80h	80h	80h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CL - Coordenador de Laboratórios *	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
PI - Professor Inspetor	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	
* Observar os itens 7 e 8 do Quadro de Orientações											
SETOR ADMINISTRATIVO											
SG - Secretário Geral	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AAI - Auxiliar Administrativo	3	3	2	2	2	2	2	2	1	1	
CAF - Coordenador Administrativo e Financeiro	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AE - Auxiliar de Apoio Escolar	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AHE - Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	1 para cada 7 dependências utilizadas										
MAUE - Monitor de Acesso à Unidade Escolar	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MAE - Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 75 alunos										
AMPE - Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	

MÓDULO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES AGRÍCOLAS	UNIDADE DE GRANDE PORTE				UNIDADE DE MÉDIO PORTE			UNIDADE DE PEQUENO PORTE			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
	a partir de 1.600 alunos	de 1.066 a 1.599 alunos	de 886 a 1.065 alunos	de 736 a 885 alunos	de 616 a 735 alunos	de 496 a 615 alunos	de 376 a 495 alunos	de 256 a 375 alunos	de 136 a 255 alunos	até 105 alunos	
SETOR PEDAGÓGICO											
DR - Diretor de Unidade Escolar	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CP - Coordenador Pedagógico	160h	120h	80h	80h	80h	80h	40h	40h	40h	40h	
CCP - Coordenador de Curso Profissionalizante	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
OE - Orientador Educacional	80h	80h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CB - Coordenador de Biblioteca *	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CL - Coordenador de Laboratórios *	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
PI - Professor Inspetor	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
* Observar os itens 7 e 8 do Quadro de Orientações											
SETOR ADMINISTRATIVO											
SG - Secretário Geral	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AAI - Auxiliar Administrativo	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	
CAF - Coordenador Administrativo e Financeiro	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AE - Auxiliar de Apoio Escolar	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
TECA - Técnico de Área	2 para cada Curso ofertado na Unidade Escolar										
MONN - Monitor Noturno	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
AHE - Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	1 para cada 8 dependências										
AAG - Auxiliar de Apoio Agropecuario	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MAE - Manipulador de Alimentação Escolar - Cozinha	1 para cada 50 alunos										
AMPE - Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
MT - Motorista	1 para cada veículo de Transporte Escolar										

MÓDULO DE QUADRO DE PESSOAL DE UNIDADES ESCOLARES DE TEMPO INTEGRAL	UNIDADE DE GRANDE PORTE				UNIDADE DE MÉDIO PORTE			UNIDADE DE PEQUENO PORTE			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
	a partir de 1.600 alunos	de 1.066 a 1.599 alunos	de 886 a 1.065 alunos	de 736 a 885 alunos	de 616 a 735 alunos	de 496 a 615 alunos	de 376 a 495 alunos	de 256 a 375 alunos	de 136 a 255 alunos	até 105 alunos	
SETOR PEDAGÓGICO											
DR - Diretor de Unidade Escolar	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CP - Coordenador Pedagógico	120h	120h	120h	120h	120h	120h	80h	80h	40h	40h	
OE - Orientador Educacional	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	40h	40h	40h	
CB - Coordenador de Biblioteca *	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
CL - Coordenador de Laboratórios *	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
PI - Professor Inspetor	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	80h	
* Observar os itens 7 e 8 do Quadro de Orientações											
SETOR ADMINISTRATIVO											
SG - Secretário Geral	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AAI - Auxiliar Administrativo	3	3	2	2	2	2	2	2	1	1	
CAF - Coordenador Administrativo e Financeiro	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AE - Auxiliar de Apoio Escolar	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	40h	
AHE - Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	1 para cada 7 dependências utilizadas										
MAUE - Monitor de Acesso à Unidade Escolar	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MAE - Manipulador de Alimentação Escolar	1 para cada 75 alunos										
AMPE - Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio Escolar e Meio Ambiente	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	

A escala de trabalho dos servidores na função de Vigia Noturno, será distribuída conforme quadro abaixo:

VIGIAS NOTURNOS	SEGUNDA	TERÇA	QUART A	QUINT A	SEXTA	SÁBADO DIA	SÁBADO NOITE	DOMINGO DIA	DOMINGO NOITE
A		☒		☒			☒		
B			☒		☒			☒	
C				☒		☒			☒

HORÁRIOS DOS SERVIÇOS DOS VIGIAS NOTURNOS:
de segunda à sexta - noturno: das 18h às 06h
sábado, domingo e feriado - diurno: das 0h às 18h
sábado, domingo e feriado - noturno: das 18h às 06h

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES	
1 - A Unidade Escolar com número de alunos entre 61 (sessenta e um) e 105 (cem) terá direito a um Manipulador de Alimentação Escolar.	
2 - A Unidade Escolar com número de alunos entre 106 (cento e um) e 295 (duzentos e noventa e nove), que funcionar em mais de um turno, terá direito a 2 (dois) Manipuladores de Alimentação Escolar.	
3 - Na função de Orientação Educacional somente poderá atuar professor habilitado em Orientação Educacional.	
4 - No Município onde não houver servidor habilitado em orientação educacional, será contemplada com a respectiva carga horária na função de Coordenação Pedagógica.	
5 - A Unidade Escolar que ofertar cursos técnicos terá direito a 90 horas de Coordenador de Cursos Profissionalizantes para cada curso ofertado, devendo complementar a carga horária para 180 horas na docência da disciplina específica do curso.	
6 - Para a Função de Professor Inspetor, a Unidade Escolar deverá lotar servidores do sexo masculino e feminino.	
7 - A função de Auxiliar de Apoio Escolar tem por finalidade auxiliar o Coordenador de Apoio Administrativo e Financeiro, principalmente no acompanhamento da Alimentação Escolar.	
8 - Nas funções de Coordenador de Biblioteca e Coordenador de Laboratório, lotar somente servidores efetivos com remanejamento de função, observando as recomendações médias contidas no despacho da Junta Médica Oficial do Estado.	
9 - Nas Unidades onde não houver servidor remanejado apto para exercer as funções de Coordenador de Biblioteca e Coordenador de Laboratório, o diretor (a) deverá solicitar autorização pela Titular da Pasta, por meio de solicitação formal, a modulação de um servidor detentor de cargo EFETIVO para o exercício da função de Coordenador de Programas e Projetos.	
10 - Os critérios para lotação de Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar para as unidades que tiverem funcionamento em três turnos será de 1 para cada 8 dependências.	
11 - A definição do Modelo de cada Unidade Escolar, será definido com base no número de alunos matriculados no início do ano letivo de 2020, conforme o SGE.	

ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, de 13 de JANEIRO DE 2020

TABELA DE CARGA HORÁRIA DE AULAS COM DURAÇÃO DE 50 MINUTOS

Nº AULAS SEMANAL	Nº DE AULAS MENSAL	Nº DE AULAS ATIVIDADES SEMANAL	Nº DE AULAS ATIVIDADE MENSAL	TOTAL DE AULAS SEMANAIS + AULAS ATIVIDADE	TOTAL DE AULAS MENSAIS	Nº DE HORAS MENSAL - FOLHA DE PAGAMENTO (CONVERSÃO DE AULAS EM HORA)
1	5	1	4	2	9	8
2	9	1	5	3	14	12
3	14	2	9	5	23	19
4	18	3	13	7	31	26
5	23	3	15	8	38	32
6	27	4	19	10	46	38
7	32	5	23	12	55	46
8	36	5	25	13	61	51
9	41	6	28	15	69	58
10	45	7	32	17	77	64
11	50	8	36	19	86	72
12	54	8	38	20	92	77
13	59	9	41	22	100	83
14	63	10	45	24	108	90
15	68	10	47	25	115	96
16	72	11	51	27	123	103
17	77	12	54	29	131	109
18	81	13	58	31	139	116
19	86	13	60	32	146	122
20	90	14	64	34	154	128
21	95	15	66	36	161	134
22	99	15	69	37	168	140
23	104	16	72	39	176	147
24	108	17	77	41	185	154
25	113	18	80	43	193	161
26	117	18	83	44	200	167
27	122	19	86	46	208	173
28	126	20	90	48	216	180

ANEXO III À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 13 DE JANEIRO DE 2020																	
CRITÉRIOS PARA LOTAÇÃO DE PESSOAL NAS DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO - 2020																	
SETOR	FUNÇÃO	Código da Função	DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO										Total por Função				
			Araguaína	Araguainhas	Arraias	Colinas do Tocantins	Itambomba	Guaraí	Guarã	Miracema do Tocantins	Palmas	Paraíso do Tocantins		Pedro Afonso	Porto Nacional	Tocantópolis	
GABINETE	Diretor Regional de Educação	DIR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assessor Executivo	AE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assistente de Gabinete	AG	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assessor de Gestão Financeira e Apoio às Associações das U.Es.	AGFA	4	3	3	3	3	3	4	3	4	3	3	3	3	42	
ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS	Assessor Regional de Gestão Administrativa e de Pessoas	CGAP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assistente de Apoio Administrativo - Patrimônio	AAAP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assistente de Apoio Administrativo - Protocolo e Recuperação	AAAPR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Assistente de Apoio ao Usuário - Informática	AAUI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Auxiliar de Higienização - DRE	AHD	6	3	3	3	3	5	3	3	4	3	3	7	3	49	
	Motivista	MOT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
	Nutricionista	NUTC	3	1	1	1	1	1	3	1	2	1	1	1	1	18	
	Técnico de Alimentação Escolar	TEAE	4	2	1	1	1	1	3	2	3	2	1	2	2	25	
	Técnico Operacional e Suporte às Escolas Indígenas	TOSEI	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	6	
	Técnico de Gestão de Pessoas	TEGP	6	4	3	3	3	3	6	4	6	4	3	5	3	53	
	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio - DRE	AMPD	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	39	
	ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL	Assessor Regional de Gestão Pedagógica e Educacional	CGPE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
		Assessor do Censo e Sistema de Gerenciamento Escolar	ACSGE	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	16
Assessor de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem		ACFAA	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	78	
Assessor de Desporto, Cultura e Arte		ADCA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
Assessor do Ensino Fundamental e Médio		AEPF	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
Assessor de EJA, Campo, Quilombola e Diversidade		AEJA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
Assessor de Educação Especial		AEE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
Assessor de Educação Indígena		AEI	1	0	0	0	0	0	1	2	0	1	2	0	2	9	
Assessor de Educação Integral		AEID	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
Assessor de Educação Profissional e Tecnológica		AEPY	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	
Assessor de Inspeção Escolar		AIE	8	5	3	3	3	4	7	5	6	5	4	6	4	63	
Assessor de Supervisão e Fortalecimento da Gestão Escolar		ASE	6	5	3	3	3	4	7	4	6	5	4	6	4	62	
Assessor de Orientação Educacional		AOE	2	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	15	
Assessor de Tecnologias e Mídias Educacionais	ATME	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13		
TOTAL GERAL DE SERVIDORES			70	50	44	44	44	48	64	52	59	52	49	57	50	683	

Observações Importantes:
 a) A função de Motivista será ocupada de acordo com o número de veículos disponíveis em cada Diretoria Regional de Educação.
 b) As Equipes de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem serão compostas respectivamente por: 01 Assessor com formação em Pedagogia; 02 Assessoras da área de Linguagens (sendo: 01 de Letras; e 01 de Língua Estrangeira, Educação Física ou Artes); 01 Assessor da área de Matemática (Matemática); 01 Assessor da área de Ciências da Natureza (Ciências: Biologia, Física ou Química) e 01 Assessor da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia ou Filosofia).
 c) O acompanhamento às Escolas Indígenas será realizado pelo Assessor da Educação Indígena, bem como o caso das Escolas do Campo e Quilombola será realizado pelo Assessor de Educação de Jovens e Adultos, Campo e Quilombola.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 1/2020 SRP ABERTO - (COMPASNET)

A Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes, por meio do Pregoeiro abaixo descrito, tornam público que fará realizar a licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de pneus, câmaras de ar, para uso na frota de veículo oficial da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, tudo em conformidade com o Processo Administrativo nº 2019/27000/13906. Abertura: às 09h:00 (Horário de Brasília), do dia 28 de janeiro de 2020. Legislação Aplicável: 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Federal nº 5.504/2005, Decreto Estadual nº 2.434/2005 e Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei complementar 147/2014, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais. O edital poderá ser examinado ou retirado nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.seduc.to.gov.br.

Palmas/TO, 13 de janeiro de 2020.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA MOREIRA
 Pregoeiro

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA-SEDOC/CEE-TO Nº 001/2020.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV, do art. 10, da Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, pelo inciso VI, do art. 9º, da Lei Complementar nº 08, de 11 de dezembro de 1995 e consoante ao disposto na Resolução CEE - TO nº 030/2017 e no art. 34, alínea "h" do seu Regimento Interno.

RESOLVE:

I - DESIGNAR: Rosimar Mendes da Silva, Conselheira do CEE-TO, na condição de Presidente da Comissão; Josiel Gomes dos Santos, Gerente da Gerência de Desenvolvimento e Fortalecimento da Educação Profissional e Maria Jacy de Sousa Lima Técnica da Educação Básica do CEE-TO, para comporem a Comissão de Verificação *In Loco* para efeitos de Credenciamento para ofertar Cursos Técnicos, ofertados pelo Instituto Tocantinense de Ensino Técnico e Superior - EDUCARE, situado em Goianorte, neste Estado; conforme Processo nº 2019/27000/019015.

II - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 08 dias do mês de janeiro do ano de 2020.

ROBSON VILA NOVA LOPES
 Presidente do Conselho Estadual de Educação
 CEE/TO Ato nº 2.561 - DSG

PORTARIA-SEDOC/CEE-TO Nº 002/2020.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV, do art. 10, da Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, pelo inciso VI, do art. 9º, da Lei Complementar nº 08, de 11 de dezembro de 1995; e consoante ao disposto na Resolução CEE - TO nº 030/2017 e no art. 34, alínea "h" do seu Regimento Interno.

RESOLVE:

I - DESIGNAR: Luzineth Gomes Cardoso da Silva, Técnica da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, na condição de Presidente da Comissão; Cleide Montelo Moura, Técnica da Gerência de Desenvolvimento e Fortalecimento da Educação Profissional; e Tainá de Souza Batista, Especialista em Enfermagem; para comporem a comissão de Verificação *In Loco*, com vistas à Autorização para o Funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem a ser ministrado pelo Instituto Tocantinense de Ensino - EDUCARE, em Goianorte, neste Estado; e Aprovação de seu Plano de Curso, conforme Processo 2019/27000/020290.

II - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 dias do mês de janeiro de 2020.

ROBSON VILA NOVA LOPES
 Presidente do Conselho Estadual de Educação
 CEE/TO Ato nº 2.561 - DSG

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFAZ Nº 38, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

LUCIANA SARA DA SILVA ALMEIDA, CPF nº 803.752.781-68, nº funcional 902874-1, Contador, para responder pela Gerência de Cotação Eletrônica - Compras - TO, durante os impedimentos ou afastamentos de seu titular, ALESSANDRA RENATA CARVALHO RESENDE, CPF: 778.153.431-04, nº funcional 1266446 -3, no período de 16 de 20 de dezembro de 2019.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
 Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento